



Samuel Pessoa

Pesquisador associado do
FGV IBRE



Ponto de Vista

OS RICOS E OS POBRES¹

O pesquisador brasileiro Marcelo Medeiros acaba de publicar, pela Companhia das Letras, o livro *Os ricos e os pobres*. Nele, Marcelo apresenta a sua leitura da desigualdade de renda no Brasil. O livro é escrito em linguagem acessível e fluente. Organizado em 24 capítulos curtos, distribuídos em três partes – *Desigual*, *Os ricos* e *Os pobres* –, em menos de 200 páginas Marcelo consegue descrever o tema. Marcelo respeita o tempo do leitor.

Para mim o livro tem um grande mérito, mais do que suficiente para mobilizar o interesse e justificar o tempo de leitura, e tem três deficiências. Tratemos primeiro do mérito.

Há algumas décadas persiste um desentendimento surdo entre os economistas e os sociólogos. Estes enxergam as classes sociais como organizadas em torno de valores e hábitos diferentes e não gostam das classificações de renda dos economistas.

Marcelo, formado em economia, mas com doutorado em sociologia, consegue fazer a ponte entre esses dois mundos.

Os economistas olham a desigualdade pela classificação da população em faixas de renda, dividindo-a em parcelas populacionais iguais.

Assim, é possível dividir em cinco partes e, portanto,

teremos cinco quintos da população, ou em décimos ou em centésimos. Em seguida, olha-se dentro de cada classe. Isto é, considera-se que cada classe representa grupos relativamente homogêneos.

Essa forma de enxergar a desigualdade gera o resultado que incomoda os sociólogos: uma classe média com renda relativamente baixa. A renda domiciliar *per capita* média da PNAD é de R\$ 1.623 e a renda mediana é de R\$ 980. Trata-se de uma classe média bem pobre.

Marcelo inicia notando que a desigualdade brasileira está concentrada no topo. Isto é, se desconsiderarmos os 10% mais ricos, a desigualdade brasileira é bem baixa. Como aponta Marcelo: “A renda de uma pessoa nos 90% gira em torno de R\$ 50 mil por ano. Isso equivale a um salário aproximado de R\$ 3.800 mensais de um trabalhador formal, que recebe décimo terceiro e adicional por férias, e não é muito mais que o dobro da renda de uma pessoa nos 66%. Embora já seja quatro vezes mais que a renda de uma pessoa nos 33%, ainda não é muito. Portanto, até os 90% a homogeneidade é razoável, sobretudo porque os primeiros 20% são de adultos sem renda. Se o Brasil parasse aí, seria um país aceitavelmente igualitário”.²

De fato, o coeficiente de desigualdade de Gini de todas as rendas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, a PNADC, é de 57. Quando consideramos somente os 90% mais pobres, a desigualdade cai para 41, uma redução expressiva de 15 pontos, para o nível aproximado da desigualdade americana.

Para encontrar uma maneira formal de construir faixas de renda com maior homogeneidade, Marcelo pro-

põe a seguinte mudança de ponto de vista: em vez de dividirmos a população em grupos populacionais com o mesmo número de pessoas, dividir por grupos de pessoas em que o crescimento percentual da renda entre eles seja o mesmo.

Um exemplo: considere como o piso de renda o limite da pobreza extrema, isto é, a renda de US\$ 2,15 por dia por pessoa ou de R\$ 322 por mês ao câmbio de R\$ 5 por dólar americano. Como teto da renda, considere R\$ 800 mil por mês. Segundo os dados da Receita Federal, este último valor é aproximadamente a renda de entrada dos contribuintes que estão na faixa do 0,01% mais rico,³ grupo que corresponde a 15 mil contribuintes e aproximadamente 30 mil pessoas. Sob a hipótese de que cada declarante daquele teto de renda pertence a um domicílio com duas pessoas, temos uma renda mensal *per capita* de R\$ 400 mil. Se dividirmos o ganho de renda entre o piso e o teto em cinco faixas, a taxa de crescimento geométrico entre cada faixa é de 316%. Segundo essa divisão teríamos cinco faixas de renda mensal *per capita*, como na tabela a seguir:⁴

1ª faixa	de 0 até R\$ 1.340
2ª faixa	de R\$ 1.340 até R\$ 5.571
3ª faixa	de R\$ 5.571 até R\$ 23.155
4ª faixa	de R\$ 23.155 até R\$ 96.240
5ª faixa	acima de R\$ 96.240

Há arbitrariedade na definição do piso de renda e do teto de renda *per capita* – respectivamente R\$ 322 e R\$ 400 mil – adotados para estabelecer o crescimento geométrico entre as faixas de 316%. Independente das limitações inerentes às escolhas que

geraram a tabela, as faixas de renda consideradas são mais homogêneas. Temos os muito pobres, os pobres, a classe média, os ricos e os muito ricos. Essa classificação corresponde melhor à ideia que os sociólogos têm de classes sociais. Importante frisar que o número de pessoas em cada faixa de renda não é o mesmo: reduz-se muito conforme se sobe nas classes de renda. E essa é a maior diferença entre a forma de olhar o tema dos economistas e dos sociólogos. Confesso que Marcelo me convenceu que esta é uma maneira melhor de organizar os dados. Há mais homogeneidade entre as classes de renda do que se a população fosse dividida em cinco classes com a mesma população em cada uma.

Outra diferença importante tratada por Marcelo é a diferença da fonte da renda. Até os 90% mais pobres, a maior parte da renda é do trabalho. A partir daí, conforme subimos na distribuição de renda, o peso da renda do capital, que inclui aluguéis e distribuição de dividendos, se eleva. “Já no 1% mais rico, o trabalho puro não chega a responder por metade do total.”⁵ Assim, a agenda de tributação no topo da distribuição de renda demanda um desenho melhor da tributação na pessoa jurídica em seus diversos regimes tributários e da renda do capital em geral.

Agora, passo às minhas críticas. Um dos argumentos mais importantes do livro é que a educação tem baixa capacidade de reduzir a pobreza e a desigualdade. A educação é um investimento a longo prazo. Baseando-se num texto de 2020 do autor com colegas,⁶ Marcelo apresenta o resultado de exercícios contrafactuais do impacto de uma grande expansão da escolaridade da população sobre a pobreza e a desigualdade. A partir dos ganhos de salários estimados com



A estratégia educacional
pode ser ainda mais difícil,
pois a escolarização das
massas pode gerar queda
de retorno da educação se a
economia não crescer e não
absorver a força de trabalho

dados de mercado de trabalho brasileiro, o estudo reconstrói a distribuição de renda e a taxa de pobreza considerando uma população com maior escolaridade. Documenta que os ganhos expressivos de salários ocorrem em profissões prestigiosas do ensino superior – advogados, médicos e engenheiros –, o que torna a estratégia de atacar a desigualdade e pobreza por meio da maior escolarização da população muito lenta e tímida. Mesmo no longo prazo os números pouco mudam.

A estratégia educacional pode ser ainda mais difícil, pois a escolarização das massas pode gerar queda de retorno da educação se a economia não crescer e não absorver a força de trabalho. “Para que a economia pague melhores salários, a economia precisa crescer.”⁷

Há duas teorias sobre o impacto da educação nos salários. A teoria do capital humano e a da sinalização. A teoria do capital humano estabelece que um trabalhador mais escolarizado é intrinsecamente mais produtivo. A teoria da sinalização estabelece que a produtividade é um atributo do

trabalhador, independente da escolarização. O trabalhador já nasce mais habilitado. A educação somente sinaliza ao empregador essa característica. Nesse caso a educação tem efeito importante para a pessoa, sinaliza a sua qualidade, mas tem efeito nulo para a produtividade agregada (o trabalhador já era mais produtivo, o empregador que não sabia e usou o diploma para inferir a maior produtividade).

Outra teoria, popular entre os sociólogos, é considerar que a produtividade não é um atributo do trabalhador, mas sim do posto de trabalho. Há postos de trabalho melhores e há os piores. Qualquer trabalhador serve para a posição (com exceção de atividades que exigem grande treinamento, como medicina, em que a teoria do capital humano se aplicaria). O mercado de trabalho emprega algum mecanismo para alocar os trabalhadores, que pode ser conexões das pessoas ou das famílias. Diplomas podem servir como um fator de discriminação e de alocação. E, nesse caso, se todos conseguem diploma seu valor cai.

O exercício contrafactual do texto de Marcelo com os colegas supõe que os ganhos associados de salário em função da maior escolarização devam-se a uma combinação das duas teorias tratadas nos últimos dois parágrafos acima, e não a um ganho de produtividade intrínseco da pessoa mais escolarizada, como estabelecido pela teoria do capital humano. Se os ganhos de salários representassem um ganho de produtividade real e intrínseco ao trabalhador, o exercício contrafactual teria que considerar que o aumento da educação elevaria o retorno do capital físico, isto é, que a rentabilidade do investimento elevar-se-ia. Mas Marcelo e colaboradores consideram somente

o efeito direto sobre a renda da pessoa mais escolarizada. Também não há, no exercício de Marcelo e colaboradores, uma relação clara entre aumento da escolaridade e PIB *per capita*.

A evidência consolidada pela academia indica que a maior parcela dos ganhos de salários, 85%,⁸ é associada a ganhos de produtividade do trabalhador.^{9,10} Artigo de revisão recente conclui que: “No geral, a melhor evidência sugere que o capital humano é responsável por pelo menos um terço da variação dos rendimentos do trabalho dentro dos países, e por pelo menos metade da variação dos rendimentos por trabalhador entre os países”.¹¹ De fato, *paper* recente ainda não publicado de Amory Gethin documenta que a melhora educacional responde por 50% do crescimento econômico da economia mundial e por 40% da redução da pobreza extrema no mundo entre 1980 e 2022.¹²

A maneira de conciliar os resultados dos exercícios contrafactuais de Marcelo Medeiros e colaboradores com a evidência da literatura de educação e crescimento econômico é que o processo de escolarização da população brasileira não tem tido qualidade. Isto é, os alunos frequentam a escola, mas não aprendem ou aprendem muito pouco. De fato, há evidências de que o valor adicionado (na forma de aprendizado) pela escola no Brasil, medido por desempenho dos alunos em testes independentes de proficiência, é muito baixo. Tão baixo que o Brasil foi um caso raro em que não houve piora do desempenho logo após a pandemia. Tudo sugere que não houve piora pois não há o que piorar, dada a falta de aprendizado que já ocorre.¹³

Os exercícios contrafactuais empregados por Marcelo em seu livro con-

O Brasil foi um caso raro em que não houve piora do desempenho logo após a pandemia. Tudo sugere que não houve piora pois não há o que piorar, dada a falta de aprendizado que já ocorre

sideram que não é possível melhorar a qualidade de nossa educação. A hipótese pode fazer sentido. Temos perdido essa batalha. Mas perder essa batalha, à luz de tudo que sabemos hoje da ligação de crescimento econômico e educação, é aceitarmos que economicamente não progrediremos. É essa a hipótese subjacente aos exercícios de Marcelo.

A segunda crítica que tenho ao livro é haver uma falta de simetria. O livro tem uma premissa: “somente combater a desigualdade e pobreza com educação não funcionará”. Marcelo propõe uma segunda política: tributar os ricos e redistribuir. Por exemplo, retomar políticas mais agressivas de elevação do salário mínimo e financiar o impacto fiscal desses aumentos por meio de maiores impostos sobre os ricos. Não há nenhum problema da coluna com essa estratégia. Em novembro de 2015, neste espaço, defendemos a necessidade de maior justiça tributária.¹⁴ A falta de simetria é que Marcelo não apresenta exercícios contrafactuais com o emprego dessa estratégia. Qual é a capacidade da política tributária e



do gasto público de alterar a desigualdade e a pobreza?

Exercício em estudo recente documenta que “uma agenda bem desenhada de resgate da progressividade da tributação de renda tem potencial de levantar receitas de até 1,8% do PIB”.¹⁵ Para tal “levaríamos as alíquotas de imposto de renda da pessoa jurídica e física para a média observada nos países da OCDE”, segundo o estudo.¹⁶ Qual o ganho de redução de pobreza e desigualdade possível com 2% do PIB financiado por meio de impostos mais progressivos? Lembremos que, nos últimos anos, adicionamos 1,2% do PIB, aproximadamente, ao programa Bolsa Família e temos hoje um déficit primário na casa de 1% do PIB ou um pouco mais. Qual foi o ganho, em termos de redução da pobreza e desigualdade, ocorrido com a forte expansão do gasto com o programa Bolsa Família?

A terceira crítica ao livro de Marcelo é não tocar no patrimonialismo. É possível discutir desigualdade no Brasil sem abordar o patrimonialismo? Por exemplo, à página 107 lê-se: “Metade de todo o patrimônio declarado estava nas declarações de 0,5% dos adultos. Eram pessoas com riqueza superior a R\$ 1,5 milhão em valores de maio de 2021. O pouco que sabemos sobre o final da década de 1990 reforça essa ideia, pois sugere que 1% dos adultos detinha mais de metade do patrimônio total declarado”. Uma conta simples mostra que um servidor público aposentado com uma renda mensal, líquida de imposto de renda, de R\$ 30 mil por 30 anos (expectativa de vida aos 65 anos de 20 anos e pensão por morte de 10 anos) tem o equivalente a um patrimônio (não contabilizado) de R\$ 6,6 milhões. Empreguei nessas contas juro real de 5,5% ao ano, infla-

Exercício em estudo recente documenta que “uma agenda bem desenhada de resgate da progressividade da tributação de renda tem potencial de levantar receitas de até 1,8% do PIB”

ção de 5% e imposto de renda sobre o juro nominal de 10%. Nas últimas décadas o Estado brasileiro, sempre com a anuência do Congresso Nacional, outorgou benefícios a indivíduos que chegam muitas vezes a quase uma dezena de milhão de reais.¹⁷

Em que pese as minhas três críticas, o livro de Marcelo é obrigatório para quem sem preocupa em entender a sociedade brasileira. ■

¹Agradeço ao professor André Portela da EESP os dados de renda domiciliar *per capita* e de coeficiente de desigualdade de Gini.

²Página 24.

³Ver <https://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/politica-economica/pesquisa-academica/concentracao-de-renda-no-topo-novas-revelacoes-pelos-dados-do>. No blog é possível baixar um arquivo Excel. A informação encontra-se na segunda aba.

⁴Da forma como construí, a primeira faixa seria de R\$ 322 até R\$ 1.340. Incluí na primeira faixa as pessoas que ganham por mês menos do que a linha de pobreza extrema. Analogamente, a quinta faixa deveria ser de R\$ 96.240 até R\$ 400 mil. Incluí na última faixa os domicílios com renda *per capita* superior a R\$ 400 mil, um universo de umas 30 mil pessoas aproximadamente ou 15 mil domicílios.

⁵Página 87.

⁶Trabalho de Marcelo Medeiros, Rogério J. Barbosa e Flavio Carvalhães, publicado em 2020 na revista *Research in Social Stratification and Mobility*, intitulado “Education expansion, inequality and poverty reduction in Brazil: A simulation study”, volume 66 (<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0276562419302343>).

⁷Página 62.

⁸“The social value of education and Human Capital”, de Fabian Lange e Robert Topel, página 503, capítulo 8 do volume 1 do *Handbook of the economics of education* (editado por Eric Hanushek e Finis Welch, 2006).

⁹Ver, por exemplo, a conclusão do “The social value of education and Human Capital”, de Fabian Lange e Robert Topel, capítulo 8 do volume 1 do *Handbook of the economics of education* (editado por Eric Hanushek e Finis Welch, 2006).

¹⁰Recente artigo de revisão apresenta diversos motivos para que os ganhos de salários associados à sinalização sejam pequenos. Veja a discussão na página 80 no artigo “Four facts about Human Capital” de David J. Deming, publicado no *Journal of Economic Perspectives*, volume 36, número 3, páginas de 75 até 102.

¹¹Página 82 no artigo “Four facts about Human Capital” de David J. Deming, publicado no *Journal of Economic Perspectives*, volume 36, número 3, páginas de 75 até 102.

¹²Ver “Distributional growth accounting: Education and the reduction of global poverty 1980-2022”, (<https://amory-gethin.fr/files/pdf/Gethin2023JMP.pdf>).

¹³Veja, por exemplo, a coluna no Valor Econômico de Naércio Menezes de 26/1 passado (<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/aprendizado-na-pandemia.ghtml>).

¹⁴Ver “Chegou a hora dos ricos contribuírem para o ajuste”, coluna Ponto de Vista de novembro de 2015 (<https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2020-06/conjuntura-economica-baixa-novembro-2015.pdf>).

¹⁵Página 278 em Rodrigo Octavio Orair, Theo Ribas Palomo e Laura Carvalho, “O resgate da progressividade tributária: uma agenda para a justiça social e ambiental”, 12º capítulo em *Reconstrução, o Brasil nos anos 20*, livro organizado por Felipe Salto, João Villaverde e Laura Karpuska, Saraiva, 2022.

¹⁶Página 276.

¹⁷Em longo prazo esse problema está resolvido pois os novos servidores se aposentam no teto do regime CLT, e contribuem para um sistema de previdência complementar.